



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
terça-feira • 17 de dezembro de 2013

Repasse de R\$ 16 milhões para o FMS é suspenso

Falta do tal repasse compromete os serviços nos Hospitais Cirurgia e Santa Isabel

Aline Bittencourt

O relator e desembargador, Roberto Eugênio da Fonseca Porto, do Ministério Público Estadual (MPE), decidiu pela suspensão relativa ao repasse de R\$ 16 milhões referente ao ano de 2012, que o Estado de Sergipe, através da Secretaria de Estado da Saúde, faz ao Fundo Municipal da Saúde (FMS). A decisão foi anunciada ontem, 16, durante audiência realizada na sede do MPE.

Em agosto deste ano, o Ministério Público tinha entrado com Ação Civil Pública requerendo liminarmente o repasse desse valor citado acima, o que num primeiro momento foi deferido pela juíza de Direito, Elvira Maria de Almeida Silva.

Mas, após recurso impetrado pelo Estado, o relator e desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto entendeu que a entrevista concedida pela secretária de Estado da Saúde feita a um programa de rádio, onde a mesma



EM AGOSTO DESTE ANO, MINISTÉRIO PÚBLICO TINHA ENTRADO COM AÇÃO REQUERENDO LIMINARMENTE O REPASSE

teria confessado a dívida de R\$ 16 milhões, não foram, no entendimento do relator, suficientes como prova, e por isso, decidiu pela suspensão da liminar já deferida.

• Falta de repasse

Na audiência, foi relatado por representantes dos Hospitais Cirurgia e Santa Isabel, que

a falta do repasse está comprometendo os serviços nos hospitais, já que o município necessita do repasse a ser feito pelo Estado para honrar os compromissos com os hospitais conveniados, chegando o débito com o Cirurgia a R\$ 5 milhões, enquanto que o Santa Isabel chega em torno de 7 milhões.

• SES

De acordo com o Estado, haverá um encontro de contas para avaliar as dívidas. "Temos um passivo de R\$ 5 milhões com o município, então, decidimos suspender o repasse, já que se continuássemos fazendo poderíamos sofrer por improbidade administrativa", conta a assessora jurídica da Secretaria de Estado da Saúde (SES), Ayse Priscila Santos.

• SMS

Para se pronunciar sobre o assunto, a equipe de reportagem do Jornal Correio de Sergipe entrou em contato com a Secretaria Municipal de Saúde, que indicou falar com o diretor administrativo da SMS, mas até o fechamento desta edição não obtivemos resposta.